

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE

A presente Política de Divulgação de informações relevantes tem como princípio geral estabelecer o dever da JHSF Participações S.A. (a "**Companhia**") de divulgar, de forma adequada, as informações relevantes sobre os seus negócios, estabelecendo as obrigações e os mecanismos de divulgação destas informações relevantes ao mercado.

I - Definições e Adesão

1. O presente instrumento deverá ser interpretado considerando as seguintes definições:

1.1 **Acionista(s) Controlador(es)**: o acionista ou grupo de acionistas que exerça o Poder de Controle da Companhia.

1.2 **Bolsas de Valores**: a BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, bem como quaisquer outras bolsas de valores ou mercados de balcão organizados em que a Companhia tenha valores mobiliários admitidos a negociação.

1.3 **Coligadas**: as sociedades em que a Companhia possua influência significativa, nos termos da Lei nº. 6.404/76.

1.4 **Controladas**: as sociedades nas quais a Companhia detenha Poder de Controle.

1.5 **Companhia**: JHSF Participações S.A.

1.6 **CVM**: a Comissão de Valores Mobiliários.

1.7 **Diretor de Relações com Investidores**: o Diretor da Companhia eleito para exercer as atribuições previstas nas instruções e regulamentações da CVM, incluindo a execução, o acompanhamento e a fiscalização do cumprimento da Política de Divulgação.

1.8 **Informação(ões) Relevante(s)**: aquelas definidas como atos e fatos relevantes nos termos do artigo 2º da Instrução 358 e alterações posteriores, inclusive qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de Assembleia Geral ou dos órgãos de administração da Companhia ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, comercial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável: (i) na cotação dos valores mobiliários da Companhia ("**Valores Mobiliários**"); (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os Valores Mobiliários; ou (iii) na decisão

de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de Valores Mobiliários. A relação exemplificativa de situações que podem configurar Informação Relevante encontra-se no artigo 2º, parágrafo único da Instrução 358.

1.9 Instrução 358: a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.

1.10 Instrução 547: a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº. 547, de 5 de fevereiro de 2014.

1.11 Pessoas Vinculadas: aquelas indicadas no artigo 13 da Instrução 358, inclusive a Companhia, seus acionistas controladores diretos e indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e empregados, sociedades controladas e/ou sob controle comum e respectivos acionistas controladores, membros da administração e de órgãos com funções técnicas ou consultivas, prestadores de serviços e outros profissionais que tenham aderido expressamente à Política de Divulgação e estejam obrigados à observância das regras nela descritas, ou, ainda, qualquer pessoa que, nos termos da Instrução 358, mesmo não tendo aderido à Política de Divulgação, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, seus acionistas controladores, suas Controladas ou Coligadas.

1.12 Política de Divulgação: esta Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante.

1.13 Termo de Adesão: o instrumento formal, que deverá ser assinado pelas Pessoas Vinculadas e arquivado na sede da Companhia, cujo modelo encontra-se como Anexo I à presente, por meio do qual as Pessoas Vinculadas aderem às regras contidas na Política de Divulgação, assumindo a obrigação de cumpri-las e de zelar para que sejam cumpridas por pessoas que estejam sob sua influência, incluindo empresas controladas, coligadas ou sob controle comum, cônjuges e dependentes, diretos ou indiretos.

1.14 Valores Mobiliários: quaisquer ações, debêntures, certificados de recebíveis imobiliários, bônus de subscrição, recibos e direitos de subscrição, notas promissórias, opções de compra ou de venda ou derivativos de qualquer espécie, ou, ainda, quaisquer outros títulos ou contratos de investimento coletivo de emissão da Companhia ou a eles referenciados que, por determinação legal, sejam considerados "valor mobiliário", existentes na data da aprovação da Política de Divulgação ou que venham a ser posteriormente criados.

2. As Pessoas Vinculadas deverão assinar o Termo de Adesão, anexo a esta Política de Divulgação como Anexo I, obrigando-se para os fins aqui previstos, a observar, cumprir e zelar pelo cumprimento de todas as disposições desta Política de Divulgação.

3. A Companhia manterá em sua sede os Termos de Adesão assinados, a relação das Pessoas Vinculadas e suas respectivas qualificações, indicando cargo ou função, endereço e número de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas e/ou Pessoas Jurídicas, atualizando-a sempre que houver qualquer alteração. Os Termos de Adesão das Pessoas Vinculadas que vierem a se desligar da Companhia permanecerão constando da relação de que trata este item pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de seu desligamento.

II - Objetivo

4. O objetivo da presente Política de Divulgação é estabelecer as regras que deverão ser observadas pelo Diretor de Relações com Investidores e demais Pessoas Vinculadas no que tange à divulgação de Informações Relevantes e à manutenção de sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas ao público. A Política de Divulgação da Companhia foi elaborada nos termos da Instrução 358 e alterações posteriores, mas não as substitui. As Pessoas Vinculadas devem observar todas as regras dispostas na Instrução 358, bem como suas posteriores alterações.

5. Quaisquer dúvidas acerca das disposições da presente Política de Divulgação, da regulamentação aplicável editada pela CVM e/ou sobre a necessidade de se divulgar ou não determinada informação ao público deverão ser esclarecidas juntamente ao Diretor de Relações com Investidores, por meio do endereço eletrônico *ri@jhsf.com.br*.

III - Deveres e Responsabilidades

6. São responsabilidades do Diretor de Relações com Investidores da Companhia:

- i. divulgar e comunicar por escrito, à CVM e às Bolsas de Valores, qualquer Informação Relevante ocorrida ou relacionada aos negócios da Companhia que seja considerado Informação Relevante; e
- ii. zelar pela ampla e imediata disseminação da Informação Relevante simultaneamente na CVM e nas Bolsas de Valores e em todos os mercados nos quais a Companhia tenha

Valores Mobiliários admitidos a negociação, observando-se o disposto no item 13 abaixo, assim como ao público investidor em geral.

7. A comunicação de Informações Relevantes à CVM e, se for o caso, às Bolsas de Valores, deve ser feita imediatamente por meio de documento escrito, descrevendo detalhadamente, de forma clara e precisa e em linguagem acessível ao público investidor os atos e/ou fatos ocorridos, indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecimentos.

8. A Informação Relevante deve ser divulgada ao público por, no mínimo, um dos seguintes canais de comunicação:

I – jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia; ou

II - pelo menos 01 (um) dos seguintes portais de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilizam, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade, nos termos da Instrução 547: (a) Valor RI (<http://www.valor.com.br/valor-ri>); (b) NEO1 (www.portalneo1.net); e (c) Rede Divulgação (<http://www.rededivulgacao.com.br>).

9. A divulgação de Informação Relevante que venha a ser realizada por meio de anúncio publicado em jornal de grande circulação, nos termos acima, poderá ser feita de forma resumida, desde que indique endereço na Internet onde esteja disponível a descrição completa da Informação Relevante, em teor no mínimo idêntico ao texto enviado à CVM, às Bolsas de Valores e a outras entidades, conforme aplicável.

10. Sempre que for veiculada Informação Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, a Informação Relevante deverá ser obrigatoriamente divulgada simultaneamente à CVM e, se for o caso, às Bolsas de Valores e ao público investidor em geral.

11. Qualquer Pessoa Vinculada que tenha conhecimento de atos ou fatos que possam configurar uma Informação Relevante deverá comunicá-los imediatamente, por escrito, ao Diretor de Relações com Investidores, por meio do endereço eletrônico ri@jhsf.com.br.

12. Caso as Pessoas Vinculadas tenham comunicado ao Diretor de Relações com Investidores sobre Informação Relevante, na forma do item 11 acima, e seja constatado e certificado de que o Diretor de Relações com Investidores tenha se omitido na divulgação da Informação Relevante,

as Pessoas Vinculadas deverão comunicar, por escrito, a Informação Relevante diretamente à CVM, salvo se caracterizada a hipótese do capítulo IV abaixo.

13. A Informação Relevante deverá, preferencialmente, ser divulgada antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores, sendo que será feita observando o horário de funcionamento destas respectivas entidades. Caso as Bolsas de Valores não estejam operando simultaneamente, a divulgação será feita observando-se o horário de funcionamento das Bolsas de Valores localizadas no Brasil.

IV - Exceção à Imediata Divulgação de Informação Relevante

14. Os atos ou fatos que constituam Informação Relevante poderão, excepcionalmente, deixar de ser divulgados, se seus acionistas controladores ou administradores entenderem que a sua revelação porá em risco o interesse legítimo da Companhia.

15. A Companhia poderá submeter à apreciação da CVM a sua decisão de, excepcionalmente, manter em sigilo Informação Relevante cuja divulgação entendam representar risco ao interesse legítimo da Companhia.

16. Caso a Informação Relevante não divulgada ao público nos termos do item anterior escape ao controle, tornando-se de conhecimento de pessoas diversas das que tiveram originalmente conhecimento e ou daqueles que decidiram manter sigilosa a Informação Relevante e/ou do público em geral e/ou caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, os acionistas controladores ou os administradores ficam obrigados a, diretamente ou através do Diretor de Relações com Investidores, providenciar para que referida Informação Relevante seja imediatamente divulgada à CVM, Bolsas de Valores e ao público em geral.

V - Dever de Guardar Sigilo Acerca de Informação Relevante

17. As Pessoas Vinculadas devem guardar sigilo absoluto acerca das Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas, nos termos desta Política de Divulgação e da Instrução 358, as quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais Informações Relevantes sejam divulgadas ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

18. As Pessoas Vinculadas não devem discutir Informações Relevantes em lugares públicos. Da mesma forma, as Pessoas Vinculadas somente deverão tratar de assuntos relacionados às

Informações Relevantes com aqueles que tenham necessidade de conhecer tais informações, ou seja, aqueles que estejam envolvidos pelos motivos que ensejem a colocação dos valores mobiliários no mercado, bem como a organização para a devida prestação das informações ao público, sempre visando ao fiel cumprimento das disposições da Instrução 358 e desta Política de Divulgação.

19. Quaisquer violações desta Política de Divulgação verificadas pelas Pessoas Vinculadas deverão ser comunicadas à Companhia na pessoa do Diretor de Relações com Investidores, nos termos da Instrução 358, observado o disposto no item 12 desta Política de Divulgação.

VI - Alteração

20. Qualquer alteração desta Política de Divulgação deverá ser obrigatoriamente comunicada à CVM e às Bolsas de Valores.

VII - Vigência

21. A presente Política de Divulgação entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia e permanecerá vigorando por prazo indeterminado, até que haja deliberação em sentido contrário pelo Conselho de Administração.

ANEXO
TERMO DE ADESÃO À POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DA
JHSF PARTICIPAÇÕES S.A.

[Nome, Qualificação, Endereço e Número de Inscrição do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas e/ou Pessoas Jurídicas] na qualidade de ***[Inserir a Condição / Cargo / Função / Tipo de Prestador de Serviço]*** da JHSF PARTICIPAÇÕES S.A. ("**Companhia**") e nos termos do §1º do artigo 16 da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada, declaro ter recebido, estar ciente e concordar com o inteiro teor da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante ("**Política de Divulgação**"), aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 25 de março de 2014. Por meio do presente Termo de Adesão à Política de Divulgação, obrigo-me a observar, cumprir e zelar pelo cumprimento de todas as disposições nela contidas.

São Paulo, 25 de Março de 2014.
